

# A suspensão da crise pelo neoliberalismo

Autor: Ernst Lohoff  
Excertos de *A grande desvalorização*,  
1ª parte<sup>1</sup>

A estagflação [da década dos anos 70] foi um resultado direto da tentativa de combater a profunda crise estrutural e de acumulação por meio de intervenções políticas e econômicas que soem ser mais adequadas para superar as baixas econômicas temporárias. Mesmo se foi possível reduzir o impacto da crise sobre as empresas e os mercados de trabalho nos países capitalistas do centro, o preço pago foi uma desaceleração na dinâmica de acumulação de capital e ao mesmo tempo um aumento acelerado do custo de vida.

A tentativa da política econômica keynesiana de encontrar uma solução para a crise estrutural mostrou-se um fracasso retumbante; por isso mesmo, ela preparou o terreno para a revolução neoliberal nos decênios seguintes. Atualmente, essa revolução é muitas vezes apresentada como o resultado de uma verdadeira conspiração dos “think tanks” neoconservadores e dos poderosos grupos de pressão, os quais teriam puxado seguidamente as cordas do poder nos bastidores. Tais teorias conspiratórias, entretanto, escamoteiam o fato de que os conceitos neoliberais de final de 1970 não receberam uma acolhida favorável de grandes frações da população; o que se verificou de fato foi que o keynesianismo, ao se mostrar impotente contra a crise, tornou-se por esta razão cada vez mais desacreditado. Um desemprego estrutural maciço junto com um aumento importante da inflação trouxe consigo um sentimento geral de insegurança, tendo causado também uma crescente perda de confiança na política dominante. Sem essa “deslegitimização” na prática da doutrina econômica dominante no início de 1970, os sonhos de poder dos neoliberais não se teriam tornado jamais realidade tão rapidamente.<sup>2</sup>

No fundo, o neoliberalismo não tinha qualquer teoria capaz de proporcionar o reinício da valorização do capital. Mas ele possuía uma ideologia muito simples, construída de um modo tão trivial quanto se possa imaginar. Tendo ao fundo a crise rastejante do fordismo, ele podia se apresentar de modo bem credível como a única alternativa possível à política de regulação keynesiana: deixe-se o mercado funcionar tranquilamente e tudo ficará bem. Consequentemente, os governos neoliberais na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos fizeram todo esforço possível para quebrar as estruturas do complexo industrial fordista, bem como os acordos de regulação social e política, porque eles representavam a seus olhos freios estruturais ao livre jogo da oferta e da procura. A partir deste ponto de vista, eles obtiveram um rápido “sucesso”. Ao mesmo tempo, a subida acentuada das taxas de juros dos EUA reduziu a margem de manobra dos indivíduos que desejavam contratar créditos e conduziu a taxa de câmbio do dólar a novas alturas. Como resultado, grande parte da indústria norte-americana foi varrida.

Essa eliminação brutal do excesso de capacidade industrial rebaixou os Estados Unidos; se esse país havia fornecido ao final da Segunda Guerra Mundial quase a metade da produção industrial do mundo, agora ele passava para o posto de produtor industrial de segunda ou de terceira categoria (com exceção algumas tecnologias-chave, tais como aviação, armamento e TI). Esta política foi claramente acompanhada por uma ofensiva brutal contra a oposição sindical. Ela apareceu de modo exemplar na intransigente posição

do governo britânico diante da greve dos mineiros e do governo dos Estados Unidos em relação aos controladores de tráfego aéreo. Isso enfraqueceu consideravelmente o poder dos assalariados nas negociações em todo o mundo. Mesmo em países onde os neoliberais não haviam (ainda) chegado ao poder, os sindicatos entenderam a mensagem e se colocaram gradualmente como co-gestores do processo radical de volta ao império do mercado.

De acordo com a ideologia neoliberal, a abolição das “estruturas rígidas” e a criação de mercados flexíveis seriam suficientes, por si sós, para provocar um novo *boom*. Na realidade, o desmantelamento do complexo fordista teve exatamente o efeito oposto. Ondas de demissões se seguiram ao fechamento dos locais de produção; ademais, a intensificação do trabalho como resultado da flexibilização e da aceleração da racionalização fez subir o desemprego em massa e por isso acelerou o declínio da produção da massa de valor. Isto poderia ter posto a economia mundial à beira do colapso. Se isso não ocorreu é porque as políticas neoliberais tomaram as medidas necessárias para transformar a economia global em profundidade. Fizeram-no, porém, de um modo que estava em contraste com sua própria ideologia proclamada.

A política de juros altos pretendia, com o fim de restaurar o crescimento, lutar contra a inflação, estabilizando a economia por meio de uma orientação restritiva clara para a política monetária. E isto decorria dos princípios da doutrina neoliberal, segundo a qual o dinheiro assume simplesmente a função de “véu” que recobre a “produção de bens” e se constitui num simples instrumento que serve apenas de facilitador das trocas, garantido a divisão social do trabalho. Os monetaristas reprovaram os keynesianos por obstarem essa função por meio de sua política monetária e fiscal ativa, por introduzirem desordem nos circuitos econômicos e, assim, minarem a confiança no dinheiro. Essa acusação foi acolhida por um keynesiano declarado que ocupava à época o posto de chanceler na Alemanha, Helmut Schmidt. Pois, ele abriu o caminho para uma política monetária restritiva na Alemanha Ocidental. Mas, na realidade, os governos neoliberais, sob os auspícios dessa ideologia, começaram logo depois a praticar exatamente o oposto dos princípios por eles mesmos proclamados. Na verdade, eles deram o sinal verde para a mais monumental expansão de dinheiro de crédito que já existiu na história; assim, deixaram a rédea solta para à dinâmica da especulação e do crédito nos mercados financeiros, a qual domina a economia global até hoje.

Duas medidas políticas destinadas a preparar o terreno foram cruciais nesse sentido. Em primeiro lugar, a liberalização decidida e acelerada dos mercados financeiros, que já estavam se internacionalizando fortemente e, assim, se subtraindo ao controle dos governos desde o fim do sistema de Bretton Woods. E, segundo, a expansão da dívida do Estado. Especialmente sob o governo Regan, ela cresceu desmesuradamente, alcançando mesmo uma dimensão até então inédita. À primeira vista, pode parecer paradoxal que essa política não tenha levado diretamente a uma hiperinflação, mas sim, ao contrário, a uma situação em que as taxas de inflação diminuíram significativamente nos países capitalistas centrais – um efeito, aliás, que foi decisivo na consolidação da hegemonia neoliberal. Mas esse sucesso na luta contra a inflação tem uma explicação muito simples: à medida que o dinheiro foi direcionado para os mercados financeiros, diminuiu o aumento dos preços de bens e serviços, enquanto que os preços das ações, títulos e outros objetos de especulação se elevaram. No jargão econômico inglês, isso costuma ser chamado de “*asset price inflation*” ou “*asset inflation*”. Ora, o termo descreve muito bem os fatos, mas não livra o estudioso da compreensão teórica do contexto original.

Como essas altas de preços dos títulos de propriedade não estão cobertas por trabalho excedente na produção de bens, elas não significam qualquer outra coisa, na verdade, que inflação no verdadeiro sentido da palavra: uma expansão dos preços sem aumento do valor. Esta forma de inflação, no entanto, difere da inflação do preço dos bens e serviços num ponto essencial. A última é uma forma de desvalorização, porque, quando os preços dos bens de consumo aumentam, diminui o poder de compra de um determinado rendimento ou riqueza. Mas ante o acréscimo dos preços das ações, dos títulos ou de outros objetos de especulação, é preciso concluir o contrário, ou seja, que há uma valorização do capital; pois, o dinheiro assim alocado não apenas se conserva, mas também se eleva durante todo o seu período de validade. Desta forma, não apenas se remove o excesso de liquidez para fora do mercado de bens, e, assim, se combate as tendências inflacionistas que aí reinam, mas, ao mesmo tempo, abre-se um novo campo de investimento. Assim, obedecendo à dinâmica auto referencial, o capital cresce ainda mais rápido conforme recebe novos ganhos de capital (juros).

Enquanto os lucros parecem abundantes, os investidores não se importam se essa maravilhosa multiplicação do dinheiro é baseada ou não em dispêndio de trabalho. Mas isso não muda o fato de que não estamos lidando aqui com uma valorização real, mas com uma acumulação de *capital fictício*, a qual repousa sobre a capitalização de expectativas sobre o futuro. E essa antecipação do futuro, que assume principalmente a forma de crédito, é em si mesma um momento bastante normal do modo de produção capitalista. O investimento de capital, que só está coberto apenas pela esperança de uma recuperação futura, permite acelerar enormemente a dinâmica de acumulação produzindo um período de forte crescimento. Mas, em tempos de crise, esse investimento tem uma função adicional: por meio da expansão do crédito e da especulação, a acumulação capital pode ser mantida temporariamente, isto é, a desvalorização do excesso de capital pode ser adiada.

Se um Estado, por exemplo, toma um empréstimo para financiar as suas despesas, isto não é outra coisa que uma antecipação de criação de valor futuro esperado, o que, no entanto, tem efeito imediato já que estimula tanto a demanda como a produção. O crédito de Estado opera assim em ambos os lados do mecanismo de diferimento das crises. Por um lado, oferece aos capitais excedentes novas oportunidades de investimento sob a forma de capital fictício e, assim, salvam-nos de uma completa desvalorização. Por outro lado, o dinheiro emprestado, sob a forma de poder de compra, é imediatamente conduzido para o mercado, o que reforça a demanda.<sup>3</sup> Os créditos para o consumo familiar não funcionam de forma muito diferente na medida em que se manifestam imediatamente como demanda (por meio da compra de carros, geladeiras ou casas). Assim, estimulam a expansão da produção de bens e, ao mesmo tempo, no entanto, continuam valendo como créditos que rendem juros e que recaem sobre os mutuários. Para dizer a coisa de modo mais geral, a “produção” de títulos de propriedade, quer sejam ações, títulos, opções ou derivativos, constitui-se como um motor da acumulação de capital, mesmo sendo apenas uma antecipação de uma valorização futura. Mas se as expectativas não forem atendidas, haverá uma crise violenta de desvalorização, a qual irá revelar que as promessas de pagamento garantidas por escrito (hipotecas, títulos do governo, etc.) não serão cumpridas.

No entanto, a declaração de insolvência pode ser atrasada enquanto for possível criar massas adicionais de capital fictício, ou seja, expandir as expectativas sobre o futuro. Basicamente, é nisso que consistem as políticas neoliberais. Longe de reduzir o dinheiro ao

seu suposto papel de véu, elas lançaram as bases de um período que durou quase trinta anos, durante o qual a multiplicação de dinheiro sem contrapartida substancial tornou-se o verdadeiro motor da economia mundial e, portanto, também o motor de uma suspensão da crise histórica de duração excepcional. Por um lado, a liberalização dos mercados financeiros criou as condições técnicas para o surto global de especulação; do outro, os Estados Unidos tornaram-se, por causa de sua enorme dívida soberana, uma espécie de gigantesco aspirador financeiro, que engoliu a liquidez de todo o planeta e a dirigiu para o consumo privado e do Estado. Isso foi possível, em termos de política monetária, por causa do status de moeda mundial detido de fato pelos dólares norte-americanos; ele permitiu aos Estados Unidos ser o único país do mundo que podia tomar emprestado pesadamente em sua própria moeda sem a ameaça possível de uma desvalorização. Do lado dos credores se acrescenta o fato de que taxas de juros historicamente altas tornaram o investimento de dinheiro nos EUA muito atraente. Ao mesmo tempo, o curso do dólar, por meio de grandes fluxos financeiros, foi levado para o alto mediante uma espécie de efeito amplificador.

Dada a forte interpenetração econômica e do grande peso dos Estados Unidos no cenário mundial, esta política não teve apenas efeito como programa mundial de relançamento da conjuntura – financiado por meio do crédito –, mas também ajudou outros países ocidentais a saírem da crise aguda. Acima de tudo, propiciou uma mudança estrutural fundamental da economia global. Enquanto que, por um lado, o centro de gravidade da dinâmica capitalista moveu-se para os mercados financeiros, por outro, ocorreu uma mudança profunda na divisão internacional do trabalho. Um dos efeitos mais importantes foi o rápido desenvolvimento industrial do Sudeste Asiático, que se tornou – tendo o Japão como o centro de gravidade inicial – o fornecedor mais importante de bens para o mercado norte-americano. Enquanto que, por um lado, as altas taxas de juros e os afluxos maciços de capital financeiro fizeram o dólar se valorizar, prejudicando assim de forma permanente a competitividade da indústria norte-americana, o fluxo de caixa permitiu precisamente, por outro lado, uma enorme importação de produtos. Foi assim que foi posto em prática um mecanismo que pode ser chamado de *círculo deficitário do Pacífico*. Esse circuito foi por três décadas um dos motores principais da dinâmica do mercado global conduzida pelas finanças.

No fundo, esse circuito se formou assim: os países do Sudeste Asiático deram uma resposta positiva à enorme demanda, fundada em endividamento, por produtos industriais das famílias norte-americanas e, em troca, injetaram de novo os recursos vindos dessas operações nos mercados financeiros desse país; os lucros assim obtidos eram aplicados em títulos públicos, ações ou outros títulos. De alguma forma, assistiu-se a uma reciclagem do capital fictício; este saía, mas retornava sempre à sua terra natal, contribuindo para o relançamento de novos mercados financeiros, num processo que, por seu turno, manteve à tona a conjuntura (mundial). O dinheiro assim injetado de volta passou então a estimular a demanda interna, permitindo a importação de produtos industriais do Japão e dos “tigres” asiáticos – e, a partir do final da década de 1990, também da China. Esse movimento em espiral se acelerou mais e mais ao longo do tempo, tal como claramente se observa no aumento contínuo do “déficit gêmeo” dos Estados Unidos, nas últimas três décadas – isto é, o déficit da balança comercial que resulta do excesso de importações sobre as exportações, e o déficit do orçamento do Estado. Ambos foram levados nesse entretempo para vertiginosas alturas.

Tem sido frequentemente observado, corretamente, que a política monetária e financeira expansiva da administração Reagan estava contradição com o dogma neoliberal, segundo o qual o Estado deve manter-se fora da economia e dar livre curso às forças de mercado. Esta contradição não é, contudo, expressão da inconsistência da política econômica ou a ocultação de qualquer interesse, mas é a condição secreta dessa forma de luta contra a crise. A *simulação* da valorização de capital não poderia funcionar se ela não aparecesse desse modo e se aqueles que a miram compreendessem o seu modo verdadeiro de ser. Por isso, configurou-se como uma ideologia quase religiosa, a qual se caracterizava por uma total ignorância do contexto econômico e social e por uma negação da realidade.

No auge da hegemonia keynesiana, a doutrina econômica neoclássica, que é o fundamento do neoliberalismo, foi considerada e compreendida pelo *mainstream* das ciências sociais como uma falsificação da realidade; foi por isso tratada derrisoriamente como um “modelo platônico” que se baseia em algumas afirmações dogmáticas muito simples e mesmo em raciocínio circular e que é incapaz de explicar a realidade social. Mas, especificamente sob as condições da crise do fordismo, ela apresentou uma grande vantagem. A política keynesiana baseada na regulamentação e controle das relações econômicas reais, que era até então consensual, tornou-se tornou inutilizável para apreender a realidade. Pois, os seus pressupostos tácitos de crescimento autossustentado, válidos pós-guerra, entraram em colapso; os instrumentos de política econômica, vigentes até então, deixaram de funcionar. Nesse momento, a política neoliberal na sua forma puramente ideológica de ver o mundo permitiu que fossem abandonadas todas as inibições e se fizesse a única coisa que possibilitava uma saída temporária da crise: fazer crescer em flecha o *deficit spending*, abrindo também tanto quanto possível as válvulas de saída do capital fictício.

Ultimamente, tem-se criticado regularmente o neoliberalismo por preparar o terreno para a desmedida do crescimento financeiro. O descolamento dos mercados financeiros é estigmatizado como o pecado por excelência que teria desencadeado a crise atual. O efeito decisivo do desenvolvimento das forças produtivas sobre a “crise da sociedade do trabalho” foi ainda discutido nos debates de 1970 e 1980; perguntou-se naqueles anos, também, como as novas potencialidades da riqueza, especialmente através melhoria das condições de trabalho e do menor tempo de trabalho, poderiam ser usadas para a sociedade. Desde a década dos anos 1990, porém, a atenção passou sempre a ser focada em uma “crítica truncada do capitalismo”, a qual se limita a considerar o problema da “invasão” dos mercados financeiros.

A especulação “excessiva”, segundo uma crença que acomete analistas da extrema direita e da extrema esquerda, é a causa de todas as turbulências das últimas décadas. Ela teria privado a economia de capital real, ela teria esmagado e espremido a produção de mercadorias como um limão com o fim de gerar enormes ganhos nos mercados financeiros. Mas isso é apenas uma estupidez ideológica que tem perigosa proximidade com a construção antisemita do “ladrão de capital”, ou seja, do capital-dinheiro que vive como um vampiro à custa de “capital produtivo”.<sup>4</sup> Ora, isto também é simplesmente falso como tese econômica. O inchaço dos mercados financeiros não representou um obstáculo para a acumulação de capital real. O inverso é que é verdadeiro: sem a volumosa capitalização das expectativas de valor futuro, os poderosos efeitos na racionalização da produção, provindos da terceira revolução industrial, teriam causado, nos anos 1980, uma irresistível espiral de desvalorização. E o sistema produção de mercadorias teria sido gradualmente

asfixiado. No primeiro momento, porém, a explosão da especulação e do crédito impediu que isso ocorresse, pois permitiu que fossem criadas novas oportunidades de investimento para o capital. Pois, boas oportunidades já não existiam mais em setores chaves da valorização real do capital devido à expulsão acelerada de força de trabalho humano. Porém, desse modo, a autocontradição em processo que move o capitalismo não fora superada; a deflagração da carga explosiva contida no evolver desse processo fora, uma vez mais, simplesmente, adiada. O preço a pagar, no entanto, consistiu na acumulação de um potencial de crise bem mais importante.

## **Notas:**

<sup>1</sup> Tradução das páginas 74 a 84 da versão em francês: *La grande dévalorisation*. Post-Éditions, 2014.

<sup>2</sup> Obviamente, as vanguardas e os pioneiros do neoliberalismo não esperaram de braços cruzados que o poder lhes fosse servido na forma de um prato pronto. Segundo todos os registros, principalmente durante todos os anos 1970, eles se esforçaram para alcançar a hegemonia social e impor os seus conceitos. A falta de escrúpulos desses teóricos se revelou à luz do dia no caso do Chile, o qual viria a se tornar, depois do golpe violento de Pinochet, o primeiro campo de experimentação prática do fundamentalismo neoliberal. A repressão sangrenta dos movimentos sociais de esquerda em outros países do terceiro mundo, os quais se encontravam na esfera de influência do Ocidente, abriu caminho na década de 1970 para os governos empregarem mais e mais os conceitos econômicos neoliberais. Viu-se, então, a falência do fordismo periférico, uma tentativa de modernização recuperadora por meio do desenvolvimento de uma indústria de produção de bens correntes, orientada principalmente para o mercado interno. Ora, a passagem para o modelo econômico neoliberal provavelmente não teria sido possível sem violência aberta.

<sup>3</sup> Trata-se de uma forma de desvalorização do capital. Eis que o Estado não usa esses créditos para fazer investimentos produtivos em fábricas ou em outras formas de produção e, portanto, não aplica os recursos assim obtidos como capital destinado à valorização. Essas despesas, sejam elas transferências sociais ou gastos militares, representam uma forma de consumo. E, quando o dinheiro é usado no consumo, o valor não se valoriza, mas, ao contrário, é consumido. No entanto, ao contrário do consumo que é financiado por receitas correntes de impostos, aquele financiado por meio do crédito dá origem a um título, a uma obrigação do Estado, isto é, a um compromisso de que o Estado vai devolver o principal, comprometendo-se a pagar juros sobre ele.

<sup>4</sup> Essa análise errônea é compartilhada por quase todos os marxistas tradicionais, independentemente da corrente a que pertencem. Não apenas por keynesianos de esquerda como Jorg Huffschmid, por trotskistas obsoletos como François Chesnais, ou ainda por políticos de movimentos sociais como Naomi Klein, mas também por alguns teóricos que se passam por críticos heterodoxos. David Harvey, por exemplo, escreveu: “há uma aliança profana entre os poderes do Estado e frações predatórias do capital financeiro; ambos se põem como ponta de lança de um “capitalismo sanguessuga”, que se caracteriza mais pela apropriação de valores gerados em outros lugares do que por promover um desenvolvimento global harmonioso”. Elmar Altvater constata que o capitalismo dirigido pelas finanças funciona enquanto “o setor financeiro pode participar maciçamente na parcela da renda gerada pela economia real”. Mesmo um teórico de sistemas como Giovanni Arrighi observou o seguinte em seu popular livro “Adam Smith em Pequim”: “Com o tempo, no entanto, as expansões financeiras tendem a desestabilizar a ordem existente (...) Do ponto de vista econômico, esses processos tendem sistematicamente a desviar o poder de compra dos investimentos em mercadorias (incluindo a força de trabalho) que é gerador de demanda; portanto, ele favorece o entesouramento e a especulação que agravam os problemas de realização do capital. Brenner também argumenta da mesma maneira. A crítica dessa ideologia foi feita já por vários autores.